

A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação

Ronaldo Herrlein Jr.¹

Resumo

O artigo caracteriza o desenvolvimento capitalista do Rio Grande do Sul durante a Primeira República (1889-1930), fundamentando a hipótese de que a sociedade gaúcha experimentou um processo peculiar de transição para as relações capitalistas de produção, com características divergentes da transição nas regiões brasileiras agroexportadoras cujo desenvolvimento econômico assentara-se no latifúndio escravista. Para tanto, são apontadas as matrizes histórico-sociais prévias dessa transição no Rio Grande do Sul, bem como suas principais características no que se refere à dinâmica macroeconômica regional, ao papel e à natureza da intervenção do Estado regional sobre a economia e às origens e características da indústria e de seu mercado de trabalho.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul – Aspectos econômicos; Aspectos políticos; Aspectos sociais; Economia regional; História econômica – 1889-1930; Desenvolvimento regional.

Abstract

The article characterises the capitalist development of Rio Grande do Sul region during the First Brazilian Republic (1889-1930). It sustains the hypothesis that the *gaúcha* society experimented a peculiar process of transition to capitalist relations of production, with divergent characteristics from the same process in Brazilian regions whose economic development had settled on the plantations (slavery and rural large propriety). The article points out the specific socio-historical origins of this capitalist transition in Rio Grande do Sul as well as the characteristics referring to the regional macroeconomic dynamics, to the role and nature of the regional State's intervention in economy, and to the origins and characteristics of the regional industry and its market labour.

Key words: Rio Grande do Sul – Regional history; Economic history; Economic development; Regional economics.

JEL N960, N36, O14, O18, R11.

Introdução

Este ensaio caracteriza o desenvolvimento capitalista na *região* do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul) durante a Primeira República (1889-1930).² Tratamos de fundamentar a hipótese de que a sociedade gaúcha experimentou um

(1) Professor do PPGE-FACE da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. E-mail: <ronaldoh@puers.br>.

(2) Neste ensaio, consideramos o estado do Rio Grande do Sul como uma região, ou seja, como uma totalidade social estruturada no espaço, cujo processo histórico de formação expressa os diferentes momentos de ocupação e uso do território, levados a efeito pela sociedade humana e que (re)estruturam as atividades produtivas e os grupos sociais, conferindo-lhes certa identidade cultural (Breitbach, 1988; Albuquerque, 1998).

processo peculiar de transição para as relações capitalistas de produção, com características divergentes da transição nas regiões brasileiras agroexportadoras cujo desenvolvimento econômico assentara-se no latifúndio escravista.³ A proposição de uma nova interpretação para esse processo integra um esforço coletivo de revisão historiográfica (Targa, 1996; 1998), que se apóia na hipótese de coexistência de formações sociais e históricas diversas nas regiões brasileiras, entendendo que a verdadeira unificação da história econômica do Brasil somente começou a se efetivar quando da integração do mercado interno brasileiro, capitalista e industrial, na década de 1950 do século XX.⁴

A especificidade da transição capitalista no Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul) tem sido resumida apenas ao papel subsidiário, supostamente menos dinâmico, dessa economia regional, às suas menores dimensões frente à economia cafeeira e à condição periférica que essa região veio a assumir posteriormente no desenvolvimento capitalista nacional.⁵ Pensamos que o papel

(3) Nossa fundamentação para essa hipótese resume as principais conclusões da tese de doutoramento em Economia, defendida junto ao Instituto de Economia da Unicamp, sob orientação do prof. Dr. João Manuel Cardoso de Mello (Herrlein Jr., 2000).

(4) Conforme Targa (1996, p. 10). A interpretação das histórias regionais brasileiras segundo os modelos interpretativos forjados para compreender o caso de São Paulo (cuja histórica econômica é apresentada como sendo a do Brasil) decorre exatamente do não-reconhecimento da referida coexistência de formações regionais diversas, a qual exige a elaboração de hipóteses e modelos interpretativos específicos. Nossa nova interpretação sobre a transição capitalista no Rio Grande do Sul, sem apoiar-se em novas evidências empíricas e recorrendo amplamente à notável historiografia já existente, recupera a singularidade dessa experiência regional, tomando como principal fonte de inspiração os ensaios precursores de Limeira Tejo (1939, 1982), que soube captar a peculiaridade socioeconômica do Rio Grande do Sul, ainda que nos marcos de uma análise de corte institucionalista (influenciada pela escola histórica alemã) e sem dispor de dados adequados. Também Antônio Barros de Castro (1971, 1971a) é uma referência importante, pois em sua interpretação destaca-se o caráter singular da economia do Rio Grande do Sul (diversificação produtiva e “precoce desenvolvimento voltado para dentro”). As análises de Fernando Henrique Cardoso (1977), Paulo Renato de Souza (1973) e Paul Singer (1977) são referências historiográficas valiosas, mas todas elas perderam de vista aspectos singulares da economia e da sociedade gaúchas ao aplicarem modelos interpretativos forjados na compreensão da história socioeconômica de São Paulo. Na interpretação de Cardoso, o escravismo no Rio Grande do Sul é visto como realização imperfeita da sociedade senhorial vinculada ao latifúndio agroexportador (Targa, 1996a). No segundo caso (Souza, 1973), a economia gaúcha é interpretada como um modelo econômico primário-exportador. Por fim, Singer (1977) explicou a origem da indústria gaúcha como fruto de um processo de substituição de importações. Essas duas últimas análises são contestadas pela nova interpretação que apresentamos neste ensaio.

(5) As análises sobre a economia gaúcha no período costumam indicar que suas características básicas são o caráter primário de sua produção e seu papel subsidiário da economia cafeeira, sendo seu crescimento dependente dos impulsos dinâmicos dessa última (Souza, 1973; Fonseca, 1983; Almeida, 1992). Desse ponto de vista, o movimento da economia gaúcha é assimilado ao de uma economia agroexportadora. Essa forma de compreender o movimento da economia gaúcha é explícita nos trabalhos de Paulo Renato de Souza (1973) e de Pedro Fernando Almeida (1992). Pedro Fonseca não se opõe a essa caracterização da economia gaúcha e aceita basicamente a idéia de que, através da expansão das exportações agropecuárias, essa economia é a “mais forte subsidiária do centro”, principalmente de São Paulo (1983, p. 63). O estudo de Fonseca, entretanto, evidencia que a transição capitalista também assumia formas concretas específicas no Rio Grande do Sul durante a Primeira República (ver também Fonseca, 1985), vale dizer, seu estudo cumpriu o papel precursor de tratar da transição capitalista como processo que também transcorria fora do “centro”, ainda que sem indagar acerca das formas do movimento macroeconômico na região.

subsidiário da economia gaúcha nos séculos XVIII e XIX e as formas originárias de apropriação e uso da terra possibilitaram a formação de uma região capaz de seguir um caminho específico de desenvolvimento capitalista, não periférico em relação a outras regiões, mas alternativo e distinto do modelo de desenvolvimento capitalista que se estabeleceu nas regiões cujo dinamismo vinculava-se à agroexportação para o mercado mundial. No Rio Grande do Sul, as atividades da pecuária extensiva e da agropecuária colonial, estabelecidas ao final do século XIX, estavam ensejando outro tipo de acumulação comercial, fragmentada e desconcentrada. O papel historicamente subsidiário dessa economia regional viu-se atenuado pela crescente importância de seu mercado interno. As matrizes histórico-sociais peculiares dessa região estabeleceram então um curso próprio na transição para relações capitalistas de produção.⁶

Na seção seguinte deste ensaio, tratamos de apontar quais foram as matrizes histórico-sociais prévias da passagem ao capitalismo no Rio Grande do Sul, para, nas seções posteriores, explicitar os contornos do processo de transição. A segunda seção, a mais extensa e importante, enfoca a estrutura e a dinâmica da economia regional no período, destacando os principais traços peculiares da transição capitalista no Rio Grande do Sul. Na terceira seção, indicamos as características da intervenção do estado regional sobre a economia e a sociedade gaúchas. Na quarta seção, assinalamos a peculiaridade do processo de formação do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, em particular no meio urbano e industrial, destacando também o perfil do desenvolvimento industrial nessa região. A última seção apresenta nossas considerações finais.

1 Antecedentes da transição capitalista

Desde o período colonial, a economia gaúcha esteve articulada subsidiariamente aos principais interesses econômicos da metrópole. O povoamento e a montagem de uma sociedade luso-brasileira no território sul-rio-grandense transcorreram tardiamente e foram determinados por imperativos militares e visando a fins estratégicos.⁷ A condição de fronteira em disputa do Rio

(6) Em diversos momentos do estudo, tomamos como referência para comparações a região de São Paulo, por tratar-se da principal economia regional brasileira no período em foco e também porque essa experiência regional é geralmente tomada como representativa de todo o país. Sem pretender esclarecer as questões pertinentes à economia paulista, tomamos uma representação estilizada de sua evolução, bem como diversos dados estatísticos, com a finalidade de realçar a peculiaridade da história econômica do Rio Grande do Sul.

(7) “É curioso observar que a expansão territorial das duas Coroas ibéricas convergia para o centro do continente. O avanço espanhol fazia-se na direção do Pacífico para o Atlântico e o português, do Atlântico para o Pacífico, o que significa dizer que ainda haveriam de se encontrar. De fato, encontraram-se [no terceiro século da colonização], e o encontro não foi amistoso. E, o que é mais interessante, o encontro se deu no território do atual Rio Grande do Sul. A conquista e povoamento do território se inserem no contexto das lutas provocadas pelo encontro luso-espanhol. Daí o processo de colonização e povoamento do Rio Grande se revestir de características próprias. Inteiramente diferente do que ocorreu noutras áreas da América Portuguesa.” (Santos, 1984, p. 16-17).

Grande do Sul, única no território brasileiro, definiu traços importantes da região. Desde logo, condicionou a ocupação extensiva da terra, através da concessão de sesmarias para paulistas, mineiros e cariocas destinadas à constituição de estâncias de gado. Os grandes proprietários de terras exerceram por mais de um século o papel de “soldados-estancieiros”, capazes de arregimentar seus “peões” para eventuais embates pelo domínio lusitano do território. Ainda devido à condição fronteiriça, a região abrigava expressivos contingentes militares, cujos oficiais muitas vezes receberam sesmarias e tornaram-se também grandes proprietários e estancieiros. Assim, o primeiro móvel histórico da ocupação da terra no Rio Grande do Sul esteve na origem do latifúndio pastoril e da classe proprietária de terras.

A sociedade da pecuária e a economia local no século XVIII não foram estruturadas para atender a propósitos imediatos da acumulação comercial metropolitana, mas para assegurar a posse do território, cabendo-lhes garantir de maneira auto-suficiente sua subsistência econômica, em condições de isolamento geográfico. A produção de um excedente para a metrópole não foi o fator determinante no estabelecimento dessa sociedade, que se fez com baixa densidade demográfica e sem que o escravismo desempenhasse papel econômico fundamental.⁸

O estabelecimento das charqueadas, na passagem para o século XIX, representou a instalação do setor essencialmente escravista da economia gaúcha.⁹ As charqueadas marcaram o panorama econômico do Rio Grande do Sul, tornando-se o novo centro reitor da pecuária extensiva, praticada nas estâncias, que se dedicavam então a exploração comercial, não apenas dos couros, mas também da carne, que adquiria valor econômico (Ribeiro, 1995). Configurou-se assim na região gaúcha um sistema econômico pecuário-charqueador, constituindo uma economia regional subsidiária em seu papel de atendimento à demanda nacional de charque, porém relativamente auto-suficiente no provimento da maior parte dos recursos necessários à sua reprodução. As atividades econômicas para exportação e o latifúndio marcaram apenas uma parte da economia regional, porém sem a mesma densidade econômica e demográfica das *plantations* ou das atividades de extração mineral. Na grande propriedade fundiária, a pecuária conformou-se como atividade mercantil não-escravista e com uma forma de

(8) Durante todo o século XVIII, a arrecadação da Fazenda Real no Rio Grande do Sul não cobria nem a metade das despesas (Santos, 1984, p. 174). Os elevados gastos decorriam do caráter mais estratégico do que econômico do povoamento, dadas as necessidades de defesa do território. Além de sustentar os conflitos parciais e as guerras contra os castelhanos, as despesas referiam-se ao vultoso empreendimento da colonização açoriana, promovida pela Coroa portuguesa em meados do século XVIII.

(9) Embora, no período 1780 a 1820, tenha-se intensificado o uso de escravos nas maiores lavouras de trigo, nas lavouras de subsistência das estâncias e nos ambientes domésticos e urbanos, o escravismo não detinha papel econômico essencial em atividades vinculadas à acumulação de capital mercantil, senão nas charqueadas. Sobre a importância da escravidão na economia gaúcha ver Targa (1996a) e Cardoso (1977).

inserção parcial no mercado, através das charqueadas escravistas, ambas atividades econômicas com restrita capacidade de transformação e diferenciação.

No século XIX, as necessidades de ocupação e povoamento do território continuaram determinando a imigração para o Rio Grande do Sul, redundando no estabelecimento de um segundo sistema econômico, a agropecuária das colônias de imigrantes europeus, baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar. Esse segundo sistema econômico regional experimentou um intenso processo de diferenciação, desdobrando-se nas atividades comerciais e na formação da maior parte da indústria regional, produzindo para atender os mercados locais e posteriormente incrementando as exportações regionais.

2 Estrutura e dinâmica da economia regional

A transição capitalista no Rio Grande do Sul assentou-se sobre as matrizes socioeconômicas e políticas que estavam historicamente postas ao final do Império. Havia uma crise econômica no setor pecuário-charqueador que era dominante na sociedade, mas enfrentava com dificuldade e lentidão a transformação das relações de produção imposta pelo fim do escravismo. Com o advento da República, esse setor perdeu o controle das instituições políticas regionais, enquanto a ascensão da agropecuária colonial e da acumulação comercial que nela se apoiava definiam os contornos principais das transformações capitalistas na região.

A estrutura da economia gaúcha no período pode ser figurada através dos dois sistemas econômicos que vimos referindo, o do norte do estado, baseado na agropecuária colonial, e o do sul, baseado na pecuária extensiva.¹⁰ A diversificada produção agrícola predominava ao norte, onde se desenvolveram cultivos para o mercado regional e exportação. As exportações de produtos da agropecuária colonial vinham crescendo e se diversificando desde os anos 1860 e já alcançavam um valor equivalente às de charque nos anos 1890.¹¹ Quase todos os produtos

(10) A referência ao sistema econômico da agropecuária colonial como situado na metade norte do estado, em contraste com o sistema pecuário-charqueador, situado no sul (Campanha), é uma simplificação que adotamos, justificável pelo elevado nível de abstração com que se apresenta aqui a estrutura produtiva estadual. No Planalto (norte), nas Missões (noroeste) e nos campos de Cima da Serra (nordeste), antes da colonização, predominava a atividade pastoril, com presença inclusive de latifúndios, mas em campos de pior qualidade e menos valorizados que os da Campanha. O estabelecimento das “colônias novas” no primeiro período republicano determinou uma estrutura produtiva e social híbrida no extremo-norte (planalto) e no noroeste do estado (parte das Missões) (Fonseca, 1983).

(11) O acelerado crescimento da economia das colônias e do comércio a elas vinculado, como ficará claro adiante, caracteriza um quadro de notável pujança, prosperidade e dinamismo, muito diferente do quadro traçado por Celso Furtado (1982) para as experiências de imigração (com acesso à propriedade) promovidas durante o Império (que tendiam a definir, envolvendo em simples economia de subsistência), das quais julgava ser um caso ilustrativo a colonização alemã no Rio Grande do Sul (p. 124-125). A experiência singular da transformação capitalista no Rio Grande do Sul, para a qual concorreu de maneira decisiva o desenvolvimento do sistema da agropecuária colonial, passou despercebida na *Formação econômica do Brasil*.

agrícolas e mesmo aqueles sujeitos a beneficiamento e processamento agroindustrial (farinhas, fumo, erva-mate, vinho, banha) adquiriam, desde os anos 1850, progressiva importância no consumo local, reduzindo as importações estaduais de alimentos (Dalmazo, 1986).

Ao final do século, a produção colonial experimentou um processo de mercantilização para atingir o mercado estadual, antes de seus produtos tornarem-se artigos importantes na pauta de exportações.¹² Em geral, os produtos exportados também continuaram a ganhar importância no consumo estadual, em função do crescimento do mercado interno à região. A contribuição da agropecuária colonial ao crescimento da produção estadual deu-se pela ampliação da produtividade e pelo aumento da área cultivada, avançando sobre a fronteira agrícola regional em expansão, deslocando-se para o norte e o noroeste do território estadual, que passava a ser ocupado por novos colonos e pela descendência daqueles já estabelecidos nas colônias antigas.

No desenvolvimento mercantil da agropecuária colonial, a acumulação “originária” recaiu sobre os pequenos proprietários, através da transferência de rendimentos ao capital comercial que subordinava os produtores, controlando os fluxos mercantis e os preços de compra e venda. Apesar disso, o papel determinante da agropecuária colonial nas transformações da economia e da sociedade gaúchas implicou traços de maior equidade social na região, configurando um desenvolvimento capitalista marcado pela melhor distribuição da terra no sistema econômico do norte do estado e pela melhor distribuição do conhecimento e do ensino básico (Targa, 1996b).¹³

Como assinalou Singer (1977), “o que se verifica na economia das colônias é uma transformação verdadeiramente revolucionária, ou seja, a passagem da produção de subsistência [...] para a produção comercial” (p. 168). Essa transformação pode ser assim caracterizada:

“O vigor da expansão das exportações, em combinação com a intensa divisão da terra característica da zona colonial gaúcha, gerava um importante mercado a ser explorado. Desse modo, acumulava-se capital e gestava-se significativa capacidade de compra num meio em que havia uma numerosa população rural, potencialmente transferível para atividades urbanas, fossem elas artesanais ou industriais. Por isso, a expansão do capital comercial, significando também o crescimento da atividade agropecuária da colônia, induzia e, mesmo, exigia uma rápida transformação social” (Almeida, 1992, p. 555).

(12) Essa evolução diverge daquela assinalada por Singer (1977), para quem “a economia das colônias se monetariza, na medida em que ela se liga ao mercado nacional” (p. 167). A análise de Singer presume uma profunda dissociação entre os sistemas que compõem a economia regional, pois considera o desenvolvimento de cada um deles como pautado exclusivamente pelas suas conexões com os mercados externos à economia regional.

(13) Graças ao peso social das colônias alemãs e italianas, o Rio Grande do Sul possuía a mais elevada taxa de alfabetização em 1890. Em 1907, o Rio Grande do Sul possuía 228 crianças matriculadas por mil habitantes em idade escolar, enquanto São Paulo tinha 162 e Minas Gerais, 141 (Love, 1975, p. 116). A ação do Estado na área da educação permitiu que a região conservasse essa liderança nas décadas seguintes.

A evolução das exportações dos principais produtos da agropecuária colonial pode ser avaliada através de sua participação crescente nos valores totais exportados pelo Rio Grande do Sul (Tabela 1). Para avaliar o peso dos diferentes cultivos na oferta agrícola total do Rio Grande do Sul, basta assinalar que, na safra de 1927-1928, os principais cultivos, segundo importância no valor da produção, foram milho, erva-mate, arroz, trigo, feijão, mandioca, batata-inglesa, cana, fumo, alfafa e cebolas (Fonseca, 1983, p. 50). Todos esses produtos, embora em diferentes proporções, tinham no mercado interno à região sua principal destinação, mesmo quando eram importantes na pauta de exportações.

No início do século XX, contando com uma legislação federal protecionista, o cultivo do arroz estabeleceu-se em municípios da zona central e do litoral da lagoa dos Patos, por iniciativa de capitais oriundos da pecuária ou do comércio. A lavoura do arroz veio a ser a primeira conduzida em moldes capitalistas, como grande lavoura intensiva em capital, caracterizando, ao lado da incipiente indústria e de algumas atividades de serviços, a penetração do capital na esfera da produção. O arroz era exportado para os mercados brasileiros e do Prata, mas, apesar das participações crescentes nas exportações regionais, o consumo interno sempre predominou na absorção da produção, de modo que ao longo de seis anos, de 1925 a 1930, as exportações representaram apenas 24% da produção.

A zona sul do estado, que abrigava o sistema econômico apoiado na pecuária, também experimentou transformações importantes no período, embora seus principais produtos de exportação, o charque e os couros, tenham sofrido grande perda relativa no conjunto da pauta (Tabela 1). O aspecto menos notável nessas lentas transformações terá sido a mercantilização dos meios de vida na Campanha, atingindo a vida nas estâncias, através da desarticulação de sua produção de subsistência, já afetada pelo declínio do escravismo na segunda metade do século XIX. É provável que a melhoria dos meios de transporte e o desenvolvimento do comércio estivessem paulatinamente tornando antieconômica a auto-suficiência das estâncias. As cidades da Campanha, outrora ricos povoados de florescente comércio, abrigando os grandes proprietários rurais e suas famílias, passavam a receber os contingentes de homens excedentes na nova vida das estâncias. O cercamento das terras e o transporte ferroviário, ao diminuir as tarefas da criação e movimentação do rebanho, facultaram a redução dos contingentes de peões e tropeiros, cuja relação com o proprietário estabelecia-se cada vez mais sob a forma de assalariamento. Contudo, a maior parte da riqueza do Rio Grande do Sul ainda estava concentrada na Campanha e nas principais cidades do sul.

As exportações de charque e de couros apresentaram fraco dinamismo ao longo da Primeira República, mas não permaneceram estagnadas. No que diz respeito às charqueadas, cuja produção fora duramente atingida pela abolição da escravatura, a estagnação das quantidades exportadas foi superada a partir da

primeira década do século XX, atingindo seus maiores níveis históricos no período 1921-1929. A “estagnação” das charqueadas deve ser considerada em termos muito relativos no que concerne às exportações regionais, visto que, ao final do período, o charque continuava sendo o principal produto exportado (Tabela 1). As exportações de couros, que tiveram grande importância no século XIX, sofreram a maior perda relativa no período em análise. Durante toda a Primeira República, essa perda alcançou 20 pontos percentuais no valor total das exportações. A produção de lã e de carne frigorificada foi apenas em parte uma alternativa ao charque e aos couros como produtos capazes de dinamizar a economia baseada na pecuária sulina. Aqueles dois produtos somaram 8% dos valores exportados no período 1919-29 (média), o que quase chega a compensar a perda relativa do charque (Tabela 1).

Tabela 1
Participação dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul,
segundo as somas dos valores em períodos selecionados – 1878-1988/1919-1929

Produtos	Em %		
	1878-1888	1889-1900	1919-1929
(1) Charque	30,3	25,9	19,1
(2) Couros	30,5	18,7	10,1
(3) Lã	1,4	1,9	4,2
(4) Carnes Frigorificadas	–	–	3,8
(I) Sub-total: soma de (1) a (4)	62,2	46,5	37,2
(5) Banha	1,8	11,3	15,6
(6) Farinha de Mandioca	3,2	7,3	2,2
(7) Feijão	0,2	7,6	3,8
(8) Fumo	1,9	2,9	4,3
(9) Outros ⁽¹⁾	1,7	1,8	3,4
(10) Vinho	0,1	0,1	2,5
(II) Sub-total: soma de (5) a (10)	8,8	31,0	31,6
(11) Arroz	–	–	10,1
(III) Total (I) + (II) + (11)	71,0	77,6	78,9
Total do RS	100,0	100,0	100,0

⁽¹⁾ batata-inglesa, erva-mate, cebolas e alhos.

Legenda: Grupo (I): principais produtos de exportação da pecuária sulina; (II) principais produtos de exportação da agropecuária colonial; (III) principais produtos de exportação do Rio Grande do Sul.

Nota: os percentuais refletem o peso das somas dos valores por produto na soma dos valores totais exportados, aos níveis de preço correntes.

Fonte dos dados brutos: Dalmazo (1986, tab. I-5, I-6, I-7, I-9, I-10, I-12, I-13, II-7, II-9, II-11, II-12, II-14, II-17, II-19, II-21, II-23, II-27, II-29 e II-34).

O sistema econômico do sul do estado, apoiado na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva, apresentou uma reduzida capacidade de autotransformação, no sentido de integrar novos ramos de produção agrícola ou industrial, capitalistas ou não (Almeida, 1992, p. 551; Tejo, 1982, p. 82-84). A concentração da riqueza e o caráter rentista de sua aplicação retardavam o desenvolvimento capitalista, restringindo as oportunidades de mercado e emprego. Entretanto, a pecuária, a charqueada, a ovinocultura e os frigoríficos foram setores responsáveis por importante volume de produção, expresso pela participação majoritária de seus respectivos produtos no valor total das exportações regionais. Assim, apesar da distribuição regressiva da renda rural, na economia do sul do estado desenvolveram-se a urbanização e a acumulação comercial e ampliou-se o mercado local durante a Primeira República (Almeida, 1992, p. 560).

As observações que vimos de realizar acerca das exportações e das características do processo de desenvolvimento nos dois sistemas econômicos regionais explicam a mudança notável observada na pauta de exportações. A agropecuária colonial atingiu um peso quase equivalente ao outro sistema na estrutura da pauta de exportações, enquanto a economia pecuário-charqueadora manteve importância absoluta. A análise indica que, no final do período, havia na economia gaúcha dois sistemas importantes, apesar da mudança nos seus pesos relativos nas exportações regionais ao longo do período. Isso significa que as bases do mercado regional e da acumulação comercial ampliaram-se muito nessa época, favorecendo o surgimento e o crescimento de uma diversificada indústria de bens de consumo não duráveis durante a Primeira República.

Diversos ramos industriais estabeleceram-se no Rio Grande do Sul no período em análise, além daqueles setores agroindustriais já referidos. Os primeiros estabelecimentos industriais de grande porte (mais de cem operários) foram do ramo têxtil e estabeleceram-se no sul do estado, devido às vantagens de localização em proximidade ao porto. Nas maiores cidades do sul, Rio Grande e Pelotas, a indústria era mais concentrada e pouco diversificada. No norte, a acumulação de capital comercial esteve na origem da indústria de Porto Alegre, que transcorreu entre 1889 e 1910. Essa indústria produzia uma diversificada gama de bens de consumo, com participação expressiva de muitos pequenos proprietários, voltando-se sobretudo ao atendimento do mercado regional.

Também, durante a Primeira República, constituíram-se ou expandiram-se os bancos regionais, com capital de proprietários nacionais, que eram os maiores desse gênero no país. Em 1920, o Rio Grande do Sul possuía mais bancos controlados por brasileiros que as demais economias regionais importantes (Love, 1975). Por não estar voltada para o mercado externo, a economia gaúcha não atraiu casas bancárias estrangeiras, que tiveram importante presença em São Paulo

e no Rio de Janeiro.¹⁴ Não obstante, capitais locais constituíram expressivos bancos regionais que deram suporte às atividades produtivas e comerciais no Rio Grande do Sul (Lagemann, 1999, 1985). O sistema bancário regional detinha forte credibilidade e somente veio a ser abalado com a crise instalada a partir de 1929 (Franco, 1983, p. 146). Antes disso, em 1928, o governo estadual instituiu um banco público, com caráter de banco de desenvolvimento (Love, 1975).

A economia gaúcha articulava-se numa divisão nacional do trabalho, enquanto produtora agropecuária e agroindustrial que tinha nos demais mercados regionais o seu diversificado “setor de mercado externo” (Singer, 1977, p. 169). A produção de uma gama relativamente ampla de produtos alimentares *in natura* ou processados garantia o provimento interno, de tal modo que os novos produtos que ganharam destaque na pauta de exportações após 1889 (produtos da agropecuária colonial ou da lavoura capitalista do arroz) expandiram sua produção atendendo primeiro ao mercado regional e a seguir ao “nacional” (Dalmazo, 1986, p. 34). A diversidade dos mercados alcançados pela produção regional, pela variedade tanto de produtos (Tabela 1) como de regiões de destino (Tabela 2), tornou possível, ao longo de décadas, deslocar a oferta regional de uns produtos para outros, quando a produção local viu-se ameaçada pela concorrência de produtores de outras regiões com melhor localização ou menores custos de produção (Castro, 1971; Fonseca, 1983).

Tabela 2
Distribuição das exportações do Rio Grande do Sul,
segundo os mercados de destino – 1901-1930

Período	Mercados Regionais Brasileiros						Exterior
	Total	RJ	SP	BA + PE	PR + SC	Outros Estados	
1901-1912	74,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	25,8
1913-1920	66,2	27,7	13,0	15,8	3,3	6,4	33,8
1921-1930	70,0	32,5	14,1	12,3	2,6	8,3	30,0

Fonte: os dados brutos já deflacionados estão em Almeida (1991, p. 373-375).

A distância do Rio Grande do Sul e os precários meios de ligação com o resto do país encareciam os custos de transporte e dificultavam a penetração de produtos de outras regiões e do exterior no mercado gaúcho (Tejo, 1939). O relativo isolamento da economia gaúcha determinou que ela tivesse de prover-se, além dos alimentos que produzia, da maior parte dos demais bens de consumo

(14) Em São Paulo, os bancos de origem estrangeira desempenhavam um papel decisivo para a economia regional. No Rio Grande do Sul, os depósitos em bancos estrangeiros representavam apenas 9% dos depósitos totais em 1920. Na cidade de São Paulo, respondiam por cerca de 2/3 dos depósitos totais (Love, 1975, p. 136-137).

corrente (vestuário, mobília) e das ferramentas, utensílios, meios de transporte terrestre, embarcações etc. de que necessitava. É oportuno considerar que outras economias regionais assentadas nas lavouras de exportação tinham pouco o que exportar para o Rio Grande do Sul. Assim, provavelmente, a economia dessa região obtinha os bens que lhe faltavam importando-os principalmente do exterior, para onde exportava menos valor, compensando-se desse déficit nas suas transações com as demais regiões brasileiras.¹⁵ Desse modo, a agregação de dois sistemas econômicos combinava-se ao relativo isolamento geográfico, condicionando o desenvolvimento econômico, no sentido tanto de uma diversificação produtiva e das exportações quanto de um elevado grau de auto-suficiência no provimento da subsistência de sua população e da maior parte dos bens de consumo industrializados (Tejo, 1939). Além de exportar uma larga parcela de sua produção, essa economia regional reproduzia-se historicamente com superávits comerciais (que perduraram até 1920).

A conjugação de dois sistemas econômicos fazia da economia gaúcha a segunda ou terceira economia regional de maior peso no país, após a economia paulista. O Rio Grande do Sul era a quarta unidade federada em tamanho da população, com 7,1% da população nacional (após Minas Gerais, São Paulo e Bahia), mas respondia por aproximadamente 11,4% do valor bruto da produção agrícola e industrial nacional em 1920 (Love, 1975, p. 118). Nesse valor, ocupava a terceira posição nacional, após São Paulo, que detinha um valor 2,5 superior, e também após Minas Gerais. Em termos de valor da produção agrícola e industrial per capita, o Rio Grande do Sul detinha a segunda posição, com 376 mil réis, depois de São Paulo, com 587 mil réis, e à frente de Minas Gerais, com 178 mil réis (Love, 1975, p. 117).

A importância de sua produção primária colocava a economia gaúcha em posição de destaque nacional em 1920. Era a segunda economia regional quanto ao valor das propriedades rurais, também após São Paulo, sendo Minas Gerais a terceira (embora com quase o dobro da área) (Love, 1975, p. 117). Quanto ao valor da produção agrícola, o Rio Grande do Sul havia passado da sexta posição em 1886 para a terceira em 1920. Quase metade dos tratores existentes nos estabelecimentos agrícolas brasileiros, nesta data, estava no Rio Grande do Sul, que detinha o dobro de São Paulo. O número de arados era 2,6 vezes o número existente em São Paulo (Cano, 1985, p. 359). Na indústria, em 1920, a posição do Rio Grande do Sul também era destacada, pois em valor da produção era superado apenas por São Paulo e Distrito Federal (Love, 1975, p. 136).

(15) Essa é a conclusão de Paul Singer (1977), ao analisar a proporção das exportações internacionais do Rio Grande do Sul no total das exportações brasileiras, de 1906 a 1908 (p. 169). Os dados existentes quanto à pauta e à origem das importações do Rio Grande do Sul são muito incompletos. Foram compilados e analisados por Dalmazo (1986), constatando-se um predomínio das importações advindas do exterior, no século XIX e pelo menos até 1920.

Aspecto notável e decisivo para as transformações da economia do Rio Grande do Sul durante a Primeira República foi o estabelecimento das condições objetivas para a articulação interna dos dois sistemas da economia regional. A integração espacial do mercado regional fez-se através do desenvolvimento de uma rede fluvial operada comercialmente e da implantação de novos trechos e ligações da rede ferroviária, cabendo um pequeno papel para as vias rodoviárias (Ferreira Filho, 1960; Almeida, 1992).¹⁶ Paralelamente, através do combate ao contrabando, transcorreu no mesmo período a delimitação da fronteira econômica da região, deslocando-se significativamente a produção e o comércio da fronteira sul das suas vinculações com a praça e o porto de Montevideú para uma posição tributária do Estado regional, vinculada às praças de Rio Grande e Porto Alegre (Targa, 2002). Delimitou-se o espaço do mercado interno regional e, com isso, o campo de ação para a reprodução dos capitais regionais, enquanto se superava o isolamento histórico dos dois sistemas econômicos.¹⁷

Do ponto de vista macroeconômico regional, o desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul revestiu-se de características peculiares. O crescimento econômico na região era em parte tributário do dinamismo dos sistemas agroexportadores do Brasil, mas o dinamismo econômico regional também era determinado internamente pelo movimento de acumulação de capital e de difusão da produção de mercadorias que se processava na região. O crescimento apoiava-se nas exportações para diversas regiões brasileiras, mas não estava regido por uma pauta fixa de exportações, determinada independentemente das transformações da economia regional. Não foram as exportações que ordenaram e conduziram a estruturação da sociedade. Ao contrário, havia uma continuidade entre o provimento do mercado interno e as exportações regionais. No caso das exportações da agropecuária colonial, elas decorreram da produção para o mercado local e regional, advindo como uma expansão desta.¹⁸

(16) A acumulação de capital na região viabilizou a implantação da navegação comercial. As ferrovias apoiaram-se indiretamente nesse processo, pois foram construídas pelo capital estrangeiro, com garantias de juros pelo estado, ou construídas diretamente pelo mesmo em alguns trechos.

(17) A integração espacial do mercado interno regional provavelmente produz um efeito importante de ampliação do mercado interno para as diversas atividades produtivas, favorecendo a geração de estímulos econômicos induzidos pela demanda interna. Note-se, também, que esse efeito produz-se uma única vez. A proposição de que o mercado regional gaúcho integrou-se nesse período opõe-se à interpretação clássica de Paul Singer (1977), segundo a qual os dois sistemas econômicos da região teriam permanecido isolados durante a Primeira República e seu desenvolvimento estaria estritamente vinculado às suas relações com os mercados externos ao Rio Grande do Sul. Na interpretação de Singer, o não-reconhecimento da integração do mercado interno regional conduz, como veremos adiante, a uma compreensão também inadequada sobre a origem da indústria gaúcha.

(18) As relações entre os “setores” de mercado interno e externo da economia gaúcha, durante a Primeira República, divergem daquelas observadas em economias agroexportadoras, assemelhando-se, ao contrário, à caracterização feita por Celso Furtado (1982) para a economia das colônias de povoamento ao norte da América do Norte, nos séculos XVII e XVIII (p. 29).

A economia regional assumiu progressivamente uma nova configuração no período da Primeira República, alterando-se sua estrutura de oferta. Essa nova configuração da economia regional, apenas em parte expressa pela mudança na pauta de exportações, assinalou o deslocamento do predomínio econômico do sul para o norte na economia gaúcha.¹⁹ Além das exportações, cabe considerar o maior peso do mercado regional para a absorção da produção do norte que para a produção do sul.²⁰ Levando-se em conta o conjunto da produção estadual, é provável que o peso do sistema econômico da agropecuária colonial tenha-se tornado maior que o do outro sistema. Mesmo antes da virada do século, o sistema econômico da agropecuária colonial deveria alcançar a colocação de seus produtos (alimentos) não apenas na zona colonial (como produção para autoconsumo) e em suas cidades, especialmente Porto Alegre, mas também, através da ligação desta com Rio Grande, na zona sul do mercado regional, pelo menos parcialmente.²¹ Com a integração espacial do território estadual, através da conexão dos ramais ferroviários, o alcance da produção colonial sobre o mercado regional ampliou-se. Uma produção primária, mas também da indústria que se constituía em Porto Alegre e outras cidades da zona colonial, cujo mercado era fundamentalmente o do conjunto da região.

Essas transformações produtivas repercutiram no movimento do conjunto da economia estadual, possibilitando tanto um crescimento das exportações quanto uma ampliação do mercado interno. Uma primeira aproximação do movimento da economia gaúcha pode ser estabelecida a partir de uma análise do desempenho das exportações e dos saldos comerciais. Desde 1900 até 1929, evidenciou-se um crescimento real das exportações gaúchas da ordem de 5% ao ano (Tabela 3). Os dados indicam que o dinamismo dessa economia regional foi excepcional, pois, no mesmo período, o produto interno bruto brasileiro cresceu em média 4,6% ao ano, enquanto as exportações brasileiras, 3,7% a.a. Na principal economia regional brasileira, a paulista, as exportações internacionais, aproximadamente no mesmo

(19) Fonseca (1983) também assinala que o dinamismo da economia estadual no período foi conferido pela agropecuária colonial, indicando que todos os novos municípios então criados são da metade norte do território estadual (p. 70). Porto Alegre tornou-se o principal pólo econômico, observando-se a decadência relativa de Rio Grande e Pelotas. A participação de Porto Alegre no total das arrecadações municipais era de 20% em 1912, alcança 30% em 1917 e chega a mais de 40%, após 1925 (p. 68 e 138, tab. 44).

(20) Todos os produtos da agropecuária colonial, com exceção da banha a partir de 1919, possuíam no mercado interno à região sua mais importante parcela de vendas. O mesmo não ocorria com o charque e com os couros, que se destinavam basicamente às exportações, apesar de que para esses produtos e a lã cresceu a importância absoluta do consumo interno no período (conforme dados em Dalmazo, 1986).

(21) Segundo Antônio Barros de Castro, um visitante europeu observou, já nos primeiros anos do século XX, que a Campanha “se torna cada vez mais tributária da região colonial, que lhe envia seus produtos por água através da lagoa” (Pierre Denis, *Le Brésil au XX siècle*, Paris, 1910, apud Castro, 1971, p. 57). O viajante também assinalou outras importantes vinculações econômicas entre a zona colonial e a da pecuária sulina, particularmente o processamento industrial na primeira de matérias-primas produzidas na segunda.

período, cresceram apenas à taxa média anual de 3,3%, enquanto suas exportações totais terão crescido, no máximo, a uma taxa média de 4,4% a.a.²²

Tabela 3
Evolução das Exportações e Saldos Comerciais
do Rio Grande do Sul, por subperíodos, 1880-1929

Subperíodos	Evolução Real das Exportações				Saldos Comerciais Médios ⁽³⁾ (relação X / M)
	Variação ponta a ponta ⁽¹⁾		Médias por Subperíodo		
	Total (%)	Ao ano ⁽²⁾ (%)	Valores (em contos de 1929)	Variação (%)	
De 1891 a 1900	19,1	1,8	132.553	22,9	n.d.
De 1901 a 1913	138,3	6,9	221.544	67,1	1,58
De 1914 a 1920	-38,0	-6,6	220.382	-0,5	1,99
De 1921 a 1929	181,1	12,2	375.833	70,5	0,79
De 1901 a 1929	315,4	5,0	269.146	---	1,44

Notas: ⁽¹⁾ A base é o ano imediatamente anterior ao primeiro do subperíodo em foco, exceto para o primeiro subperíodo (base é 1880); ⁽²⁾ Taxa média geométrica; ⁽³⁾ Média das relações entre os valores exportados e os importados, observadas em cada ano do subperíodo.

Fonte: dados brutos nominais em Dalmazo (1986, tab. I-3 e II-1). Deflator em Love (1982, p. 415, coluna C-1).

Se o excepcional crescimento das exportações gaúchas, após a virada do século, confirma o papel dinâmico da demanda externa para a economia regional, ele sugere também uma nova qualificação ao caráter subsidiário histórico da economia gaúcha, que passava a apresentar crescimento equiparável ao do centro dinâmico da economia nacional. A nova qualidade dessa economia revela-se na capacidade adquirida de diversificar e ampliar sua estrutura de oferta e, conseqüentemente, sua pauta de exportações, a partir do desenvolvimento comercial e industrial da agropecuária colonial, claramente delineado a partir dos anos 1870 (Singer, 1977), posteriormente favorecido pela política econômica dos governos republicanos estaduais.

Assim, o maior dinamismo apresentado pelas exportações gaúchas parece não ser explicado pela intensidade do crescimento da demanda, mas sim pela capacidade dos produtores regionais de expandir e diversificar uma oferta de bens de consumo, sobretudo de alimentos, cuja carência, resultado da própria lógica do

(22) Dados do PIB e das exportações brasileiras em Abreu (1992, anexo estatístico, colunas 1 e 7). Dados das exportações internacionais de São Paulo, brutos, em Almeida (1992, p. 573), aplicando-se o mesmo deflator utilizado para os dados das exportações gaúchas (Love, 1982, p. 415, coluna C-1). Não dispomos dos dados para exportações totais de São Paulo, mas apenas uma informação incompleta sobre a proporção das exportações internacionais no total (Cano, 1977, tabela 36). Para chegar à taxa de 4,4% a.a., supomos que essa proporção tenha sido de 80%, em 1901, e caído para 60% em 1928, o que provavelmente superestima o crescimento do valor das exportações totais da economia regional paulista.

modelo de crescimento agroexportador, tinha de ser suprida por importações do exterior. Essa capacidade da estrutura da oferta agregada na economia gaúcha, decorrente do dinamismo de suas transformações, permitiu-lhe crescer intensamente, ocupando parcelas dos mercados regionais brasileiros, cuja expansão dependia, em última instância, do desempenho das exportações nacionais. Esse processo de desenvolvimento tornou-se possível na medida que a produção gaúcha pôde apoiar-se num mercado interno relativamente amplo e em crescimento, bem como devido à diversidade dos mercados externos (regiões brasileiras) a que se dirigia a produção gaúcha.

Em verdade, as taxas de crescimento das exportações gaúchas colocam em questão o papel estritamente subsidiário da economia do Rio Grande do Sul em relação à economia cafeeira, especialmente de São Paulo, pois, de 1901 a 1921, as exportações totais do Rio Grande do Sul tiveram um crescimento 45% superior ao das exportações internacionais daquela região.²³ Caso houvesse uma relação estreita e direta entre o desempenho das exportações gaúchas e as exportações cafeeiras, seria de se esperar que a economia gaúcha tivesse seu crescimento restringido, durante a fase depressiva do primeiro “ciclo longo do café” (entre 1899 e 1918) (Cardoso de Mello, 1982, p. 123). Além disso, seria provável que a economia gaúcha fosse prejudicada em seu crescimento nesse período, como presumiu Castro (1971), pela diversificação da agricultura paulista então ocorrida, desfazendo a divisão regional do trabalho anterior a 1900 (p. 84; 1971a, p. 122-124). Entretanto, a crise do café do início do século não impediu o crescimento da economia brasileira, cujo produto interno bruto expandiu-se em 111,7%, superando em 16% o crescimento das exportações gaúchas (de 1901 a 1921) e indicando que o desempenho dessas últimas vinculava-se mais estreitamente ao dinamismo do conjunto da economia nacional.

As transformações da estrutura produtiva no Rio Grande do Sul e a integração econômica de seu território, durante a Primeira República, estabeleceram na região uma diversificada *economia de mercado interno*. O sistema da agropecuária colonial, no período em análise, experimentou um processo de adensamento econômico, através da acumulação comercial e da diversificação produtiva, tornando-se também fornecedor de matérias-primas e mercado para a indústria regional, além de consumidor produtivo de matérias-primas da pecuária (couros e lã). Em consequência disso, bem como da crescente urbanização, surgiram na economia do Rio Grande do Sul impulsos dinâmicos endógenos mais significativos no final do período, levando a demanda monetária interna a ultrapassar a produção regional e conduzindo à absorção de “poupança externa” (déficits comerciais; ver Tabela 3), mesmo num momento em que, seguramente, essa produção apresentava acelerado crescimento. O surgimento de

(23) Tomamos os dados para 1921 (Almeida, 1992, p. 573) em lugar de 1918, porque neste último houve um valor anormalmente baixo para as exportações de café (Cano, 1977).

déficits comerciais em vários anos seguidos, após décadas de ocorrência predominante de superávits,²⁴ indica que a demanda interna superava a produção estadual e adquiria papel mais relevante como fonte de dinamismo na economia gaúcha, ao longo dos anos vinte.

A demanda agregada continha outros componentes autônomos que não o saldo comercial, que se tornaram mais importantes que as exportações para a determinação do nível da renda regional nos anos 1920. Considerando a evolução descrita para a economia regional nesse período, pode-se presumir que tais gastos autônomos tenham sido investimentos privados que introduziram novas atividades industriais, a lavoura comercial do arroz e os novos trechos da malha ferroviária, além dos gastos públicos financiados com emissão de dívida. A própria instalação de novas colônias de agricultores tem efeito semelhante ao de um bloco de investimentos, que estabelece nova capacidade produtiva e imediata geração de produto e renda.²⁵ O adensamento das relações econômicas internas, através da expansão agrícola, comercial e industrial, bem como a expansão mais acelerada do consumo no meio urbano, devem acionar o mecanismo acelerador, assegurando a continuidade induzida do investimento e ampliando os impulsos internos para o crescimento econômico.

Também uma comparação da evolução das exportações com os tributos e os gastos públicos indica um crescimento da renda interna em grau superior ao das exportações. De 1897 a 1929, a execução orçamentária estadual (gastos totais) cresceu 50% mais que as exportações. A diferença mais acentuada ocorreu no subperíodo 1916-1929, quando os gastos cresceram 70% mais. A receita tributária do Estado, que corresponde apenas a uma parte de suas receitas totais, cresceu apenas 7% mais que exportações de 1904 a 1929, mas o diferencial concentra-se especialmente nos anos 1921-1929, quando a receita de tributos cresceu 27% mais que as exportações. Por fim, a soma das receitas tributárias dos municípios gaúchos cresceu mais que as exportações, em 57%, de 1912 a 1927.²⁶

(24) Entre 1921 e 1929, a economia gaúcha apresentou déficits comerciais em todos os anos, que oscilaram entre 6% e 29% do valor das importações. Nos períodos anteriores, de 1901 a 1920, ocorreram superávits comerciais em todos os anos (Herrlein Jr., 2000, p. 150). Não há dados de importação para o período de 1881 a 1900. Mais remotamente, predominavam amplamente os superávits comerciais. Os dados relativos aos saldos comerciais cobrem 38 anos entre 1838-1880, quando ocorrem superávits em 28 anos, ocorrendo déficits sempre em anos nos quais o valor das importações apresentou-se anormalmente elevado. Nas décadas de 1850, 1860 e 1870, os saldos das exportações sobre as importações atingiram em média 17%, 21% e 91%, respectivamente (Dalmazó, 1986, tab. I-1).

(25) Os gastos de instalação de uma colônia envolviam as despesas de transporte dos imigrantes e com preparação das terras e obras de infra-estrutura local (realizadas pelo Estado), gastos com a compra dos lotes (financiados aos colonos em poucos anos) e de instrumentos e sementes para o plantio.

(26) Os dados das exportações estão em Dalmazó (1986, tab. I-3 e II-1) e foram deflacionados pelo deflator encontrado em Love (1982, p. 415, coluna C-1). Os dados da execução orçamentária estão em Pereira (1996, p. 237, Tabela 2), dados da receita tributária estadual em Carvalho, Pereira, Almeida (1998, p. 135-e6, tab. 5) e dados para as receitas tributárias municipais em Fonseca (1983, p. 138, tab. 44).

A transição para o capitalismo, no Rio Grande do Sul, processou-se sobretudo através da diferenciação e do desdobramento da estrutura produtiva e social da região, diferentemente das economias regionais agroexportadoras. Nessas últimas, notadamente no caso de São Paulo, em que os contornos da transição capitalista foram dados pela acumulação do capital cafeeiro e sua transformação em capital industrial (Silva, 1986), o estabelecimento da indústria e de outros setores capitalistas (além da própria expansão capitalista no campo) foi acelerado, sem um prévio desenvolvimento manufatureiro rural ou urbano, seguindo o ritmo das transformações promovidas pelos ciclos de acumulação cafeeira, conforme as circunstâncias do comércio exterior. No Rio Grande do Sul, a indústria de Porto Alegre, a agroindústria rural do norte, o setor de transporte fluvial, bem como, resultando de um processo histórico mais longo, as charqueadas assalariadas, os bancos regionais e uma parte da indústria de Rio Grande e Pelotas emergiram durante a Primeira República como setores que promoveram a transição capitalista, todos eles formados a partir da diferenciação e desdobramento da estrutura produtiva regional.²⁷ Esse desenvolvimento apoiou-se sobre uma acumulação capitalista de menores dimensões, porém muito diversificada e associada a uma estrutura social menos desigual, em comparação com a região de São Paulo.

A penetração de relações capitalistas nas atividades econômicas no Rio Grande do Sul foi fruto de um desenvolvimento interno, embora articulado com os mercados “externos”. Esse processo não foi diretamente configurado pela inserção dessa economia regional no mercado mundial, sendo caracteristicamente mais lento do que na região de São Paulo. Na peculiar estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, a grande propriedade não era agroexportadora nem mercantil-escravista, enquanto a pequena propriedade desempenhou um papel econômico e social decisivo na transição capitalista. Tais características representavam pressupostos histórico-sociais do capitalismo distintos em relação às demais regiões brasileiras.

A acumulação de capital comercial, no Rio Grande do Sul, processou-se em menor escala e menos concentrada do que na região agroexportadora cafeeira. A existência de dois pólos econômicos sub-regionais, apoiados numa estrutura dual de posse da terra, implicou maior distribuição espacial dos capitais e a divisão

(27) Cabe assinalar que a emergência da lavoura capitalista do arroz não corresponde a essa caracterização. Após a virada do século, o cultivo do arroz no estado não teve relação com o processo de imigração e com a história colonial. Desenvolveu-se sob proteção tarifária, baseando-se em fortes estímulos de preços e nasceu como uma atividade tipicamente empresarial, através da transferência de capitais de comércio do sul do estado (Beskow, 1986, p. 41-42). Limeira Tejo (1982) foi um dos primeiros autores a identificar o que chamou de caráter “orgânico” do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, para indicar as características não apenas de uma indústria regional, que ele julgava (erroneamente) provir de uma evolução do artesanato, mas também do conjunto da economia gaúcha, na qual as atividades econômicas (exceto a lavoura do arroz, fruto de uma “corrida de aventureiros”) tinham uma história vinculada à evolução dos grupos sociais, gerando uma riqueza bem distribuída porque apoiada largamente no trabalho de sua população.

de esferas comerciais, mas também uma maior diversidade social e produtiva e uma capacidade de desdobramento econômico desconcentrado. A pluralidade de fontes da transformação socioeconômica em curso refletia a diversificação produtiva alcançada pela economia regional, na medida que se somavam as pautas produtivas de dois sistemas econômicos. Além disso, a estrutura social da região foi marcada pela presença da pequena propriedade da terra, que deu origem a uma “classe média rural” e condicionou uma maior dispersão da acumulação comercial e industrial em Porto Alegre e nas zonas coloniais.

A difusão das relações capitalistas de produção no Rio Grande do Sul transcorreu atingindo simultaneamente diversas atividades econômicas, rurais e urbanas, em diferentes zonas do estado. Essa difusão foi concomitante ao deslocamento do dinamismo econômico endógeno da zona sul para a zona colonial, ao norte do território estadual, onde se aceleravam a acumulação e a diversificação capitalistas. Isto significa que a pequena propriedade e a sociedade das colônias predominaram no processo de transição capitalista e constituíram-se como principais matrizes socioeconômicas da modernização no Rio Grande do Sul.

A relativa igualdade da estrutura social no sistema econômico da agropecuária colonial incorporou-se de várias formas ao modelo regional de desenvolvimento capitalista. A estruturação de uma sociedade baseada no acesso à (pequena) propriedade da terra no norte associada à pouca densidade demográfica nos latifúndios do sul determinaram uma escassez de força de trabalho para o capital, especialmente no meio urbano. Estabeleceram-se na região um maior diferencial de salários urbanos frente aos rurais e um nível de salários industriais relativamente elevado em comparação com as demais regiões brasileiras (Tabela 5). A composição da produção primária regional, voltada às necessidades básicas de consumo, favoreceu as condições de vida da população, reduzindo os custos relativos da subsistência. A expansão da sociedade de pequenos proprietários propiciou também a formação de um mercado interno regional moldado por uma melhor distribuição de renda. Apoiando-se sobre dois sistemas econômicos regionais, a expansão das atividades comerciais e industriais transcorreu com a significativa formação de pequenos e médios capitais. O processo de transição capitalista no Rio Grande do Sul transcorreu, portanto, sobre bases sociais relativamente igualitárias, em comparação com às demais regiões brasileiras.

3 A intervenção do Estado

No Rio Grande do Sul, as transformações socioeconômicas foram afetadas pela presença de uma peculiar cultura política republicana, decisiva na condução das políticas públicas do Estado regional durante a Primeira República, período em que os governos estaduais gozaram de ampla autonomia federativa. A instauração da República representou uma profunda ruptura no controle político

do Estado no Rio Grande do Sul, redundando na ascensão do grupo mais radical dentre os republicanos sul-rio-grandenses, os que professavam uma ideologia positivista, aglutinados no Partido Republicano Riograndense (PRR).²⁸ Essa ruptura constituiu-se numa verdadeira *revolução política, de natureza burguesa e conservadora*, que provocou o deslocamento da oligarquia vinculada à economia pastoril da Campanha, bem como o desmonte da forma de dominação tradicional e patrimonialista (Targa, 2002).

O PRR, desde logo, encontrou apoio no Exército Nacional e, nos primeiros anos da República, forjou uma institucionalidade própria através da Constituição do estado do Rio Grande do Sul (1891), na forma de uma “ditadura republicana”.²⁹ As concepções do PRR estavam embasadas na filosofia positivista, opondo-se tanto ao liberalismo político quanto ao liberalismo econômico. Os republicanos sul-rio-grandenses entendiam que ao Estado cabia um papel fundamental na organização da sociedade, garantindo a harmonia social (ordem) e promovendo o desenvolvimento econômico (progresso) (Pinto, 1986). Possuíam uma visão orgânica da sociedade, pregando a incorporação do proletariado moderno e uma sociedade sem diferenças sociais profundas. Contrariamente ao liberalismo político, os republicanos positivistas não acreditavam na representação da sociedade através do voto. A verdadeira democracia era a administração da sociedade para todos e não a representação política dos setores da sociedade (Targa, 2002). Mesmo defendendo a livre iniciativa e preconizando a concorrência contra o regime de monopólio, o PRR não aceitava a supremacia do livre mercado sobre a vida social. O Estado deveria cumprir um papel auxiliar na vida econômica, exercendo uma tutela social, com responsabilidade sobre as condições de abastecimento e ocupação da população local. O positivismo justificava a intervenção do Estado na vida econômica, legitimando, no campo ideológico, as ações consideradas fundamentais para o plano econômico republicano pelo seu caráter social.

(28) A dimensão da ruptura política implicada na passagem à República expressou-se na violenta guerra civil de 1893-1895, no Rio Grande do Sul. Essa guerra, que provocou a morte de cerca de 1% da população gaúcha, foi o núcleo da Revolução Federalista, o principal movimento armado nacional contrário à República. Dentre as regiões brasileiras, apenas o Rio Grande do Sul experimentou uma ruptura política dessa envergadura, marcando a ascensão de uma nova elite política que dispôs do poder público estadual para um projeto político inspirado no positivismo (Pinto, 1986; Targa, 1998).

(29) A Constituição estadual estabelecia uma ditadura, que, segundo o ideário positivista, era a forma adequada para que governantes ilustrados administrassem a sociedade cientificamente, visando ao interesse de todos. O caráter ditatorial da Constituição referia-se à rejeição do princípio liberal da representação parlamentar, pois os direitos civis e individuais estavam formalmente garantidos. Era permitida a reeleição do “presidente do estado”, que também nomeava o vice-presidente. Não havia poder legislativo em separado, pois a Presidência do estado acumulava as funções executiva e legislava (Pinto, 1986). Essa Constituição estadual esteve no centro das divergências com a oposição liberal e motivou as guerras civis de 1893-1895 e de 1923. Foi uma peça-chave para a dominação política, pois permitiu excluir do poder os grupos derrotados e forneceu a estrutura legal para garantir a manutenção do PRR no poder.

Os governos republicanos sofreram a oposição permanente, muitas vezes armada, da fração excluída do poder, que expressava os interesses da classe social dominante até o final do Império. A existência de poderes ditatoriais não significou que os governos não tivessem de se explicar. Ao contrário, foi preciso *apoiar as ações estatais num discurso público* para obter estabilidade e legitimação. A dominação política inicialmente assentada no poder militar e na coação evoluiu para o estabelecimento de uma nova relação de poder com a sociedade. A legitimação dos governos republicanos deu-se em larga medida pela eficiência administrativa, pela moralidade dos negócios públicos, pela transparência e clareza das contas do Estado, pelo equilíbrio orçamentário e pela promoção do bem-estar de amplos setores da sociedade através de suas políticas econômicas (Targa, 1996c, p. 86; 1998, p. 74).

A dominação política assentou-se também na construção do PRR como partido político moderno, centralizado, disciplinado e doutrinário, através do qual foi possível organizar o poder público em todo o território, deslocando ou cooptando lideranças locais. Essa característica do PRR, associada à acentuada intervenção econômica do Estado, ampliou os quadros públicos e favoreceu a ascensão política de elementos da classe média, que se tornam intendentess, delegados e administradores públicos. Controlando as instituições públicas e apoiando-se na ideologia positivista e nas ações econômicas e sociais empreendidas pelo Estado, o PRR dominou politicamente a zona das colônias e conquistou a adesão de diversos setores sociais. Desse modo, o PRR acabou articulando, em torno de um projeto de desenvolvimento regional diversificado, além de uma fração dos pecuaristas, também os pequenos proprietários rurais das colônias, as camadas médias urbanas, banqueiros, industriais e comerciantes.³⁰

Os governos republicanos gaúchos entendiam que as dificuldades econômicas do Rio Grande do Sul eram decorrência de sua condição de economia exportadora. Eles criticavam a economia do Império, devido à dependência acentuada em relação aos produtos de exportação do sistema pecuário-charqueador. Pretendiam incrementar outras atividades, sem abandonar a pecuária bovina, tratando de diversificar a produção para resolver ou amenizar a crise por que passava a economia estadual (Fonseca, 1983, p. 72). Para isso, era preciso dotar o estado de uma sólida economia agrícola.³¹ O seu plano econômico para o estado rompia com os preceitos de uma economia agroexportadora, cuja produção

(30) Entre os quadros do PRR registrava-se a presença de comerciantes, industriais, funcionários públicos, sindicalistas e banqueiros. De um modo geral, os governos republicanos receberam o apoio dos setores que possuíam interesses no mercado interno da região e de grupos pertencentes às classes urbanas em formação (Targa, 2002).

(31) Essa visão divergia da proposta da oposição para a economia estadual, que deveria ser a especialização na pecuária, em que detinha vantagens comparativas, cabendo aos governos apoiar especificamente essa atividade, promovendo a “defesa do boi”, tal como ocorria com o café no estado de São Paulo (Fonseca, 1983).

é pautada pela demanda externa. Ao contrário, exportar significava apenas vender ao exterior o que a economia interna não absorveu: “[...] exporta-se o excesso, depois de abastecido o mercado local, que deve produzir tanto quanto for possível para satisfazer suas necessidades” (Fonseca, 1983, p. 72). As exportações eram assim consideradas como mercados para o excedente da produção estadual, não como forma adequada para manter o nível de renda estadual.

A falta de condições materiais adequadas ao pleno desenvolvimento da estrutura produtiva da região demandou uma ação mais intensa dos governos republicanos, em função da carência de capitais. O governo tomou a si a tarefa de incrementar a economia de todas as zonas da região, desenvolvendo os meios de transporte e realizando outros gastos com a promoção do desenvolvimento econômico.³² Esses gastos foram orientados segundo um modelo preconcebido de Estado e de sociedade, obedecendo a um projeto de governo que tinha por fim modificar a estrutura produtiva da região, bem como as relações de poder político em nível estadual (Pereira, 1996).

O modelo regional de desenvolvimento capitalista foi estruturado sob a égide do Estado, que se articulou economicamente e através da estrutura de poder com as forças sociais novas e dinâmicas, desvinculadas do latifúndio tradicional. Os governos republicanos empreenderam ações que determinaram largamente o movimento da economia e a organização da sociedade durante esse momento crucial da transição capitalista. O Estado apoiou a colonização e a expansão da agropecuária colonial, aplicando recursos e fornecendo infra-estrutura. Buscou organizar os produtores agrícolas e agroindustriais a partir de suas entidades representativas, ou mesmo estimulando a sua organização, através da formação de “cartéis” (arroz, banha, vinho, fumo, charque), com os objetivos de regular a qualidade e a quantidade da produção, de garantir o abastecimento interno e de controlar os mercados dos principais produtos gaúchos (Bak, 1977). Também conduziu à integração espacial do território regional, mediante a encampação de portos e ferrovias, ampliando o mercado interno e defendendo sua base produtiva através do combate ao contrabando. A ação econômica do Estado também alcançou o mercado financeiro, através da atuação na esfera da poupança popular. O Governo instituiu, em 1914, as caixas oficiais de depósitos populares, que utilizavam a estrutura das coletorias estaduais, oferecendo à população rural a possibilidade de realizar a poupança de pequenas quantias, com garantia oficial. No último governo republicano do período (Getúlio Vargas), consolidou-se uma importante flexibilização da doutrina positivista, passando-se a aceitar o papel do crédito para o desenvolvimento econômico. Em 1928, o Governo criou o Banco do

(32) Nesse ensaio, para fins de quantificação, consideramos como “gastos com a promoção do desenvolvimento econômico”: obras e serviços prestados visando modernizar a infra-estrutura econômica, incluindo a promoção do desenvolvimento agrícola, industrial e comercial, a infra-estrutura de transportes, de energia e recursos minerais e o saneamento público (Pereira, 1996).

Estado do Rio Grande do Sul, atendendo ao apelo do setor primário, em vista da histórica dificuldade de fornecimento de crédito de longo prazo – hipotecário – pela rede bancária privada.³³

O financiamento dos gastos com o desenvolvimento econômico fez-se, em sua maior parte, com superávits acumulados da realização orçamentária (saldos das receitas ordinárias sobre despesas ordinárias). Os empréstimos foram admitidos somente em casos de aplicação produtiva, como em obras de interesse público geral.³⁴ Por isso, os governos estaduais também se lançaram em empreendimentos que romperam o equilíbrio das finanças públicas, como a encampação da barra e do porto de Rio Grande e da Viação Férrea, que provocaram o endividamento do Estado.

A administração das finanças públicas produziu resultados fiscais superavitários em quase todos os anos durante a Primeira República (Carvalho, 1996). A política fiscal buscou a extinção progressiva do imposto de exportação, que encarecia e dificultava a colocação dos produtos gaúchos nos mercados regionais brasileiros. Com isso, favoreceu-se a diversificação da pauta de exportações e sua expansão, através de isenções, bem como se protegeram as indústrias, gravando em maior grau as exportações de matérias-primas. Apesar de não lograr a extinção total do imposto, o montante de sua renúncia fiscal alcançou cerca de 70% na década de 1920, ocorrendo a recuperação das receitas perdidas através da criação de um novo imposto territorial, que incidia progressivamente sobre a propriedade da terra (Pereira, 1996).³⁵ A orientação fiscal do Estado teve por efeito desonerar os capitais comercial e industrial, enquanto ampliou a tributação sobre a grande propriedade fundiária.

(33) Visando também a implantação desse banco hipotecário e de crédito rural, o Governo estadual justificou perante a Assembléia dos Representantes a terceira operação de empréstimo e endividamento público nos anos 1920, que alcançou um total de 42 milhões de dólares (Axt, 1998, p. 172). Desde a primeira operação de crédito assumida pelos governos estaduais, em 1921, tornava-se patente que o PRR deslocava-se de uma posição ortodoxa em matéria financeira para admitir e bater-se pela legitimidade das operações creditícias (Axt, 1998, 171). Nesse aspecto, como em outros, o PRR revelava que a adesão à doutrina positivista não implicava em um dogmatismo estreito, que desviasse o poder público da realização das políticas julgadas necessárias ao desenvolvimento econômico regional.

(34) A restrição da ideologia positivista ao crédito e ao endividamento público representava uma limitação para a ação econômica do estado regional, tal como indica Fonseca (1985). Essa restrição ao crédito, associada ao preceito do orçamento equilibrado, distinguem a política econômica dos governos republicanos positivistas de uma política desenvolvimentista em senso estrito. Entretanto, tais limitações de fundo ideológico parecem não ter impedido a ampliação da agenda do Estado, como buscamos evidenciar.

(35) O Estado também direcionou o processo de modernização da sociedade, ao promover a educação pública e o acesso à saúde através do livre exercício da medicina. A educação pública encabeçava as despesas (exceto em tempos de guerra) e o Governo estadual destinava à educação maior proporção das rendas do que em São Paulo e Minas Gerais. A ênfase emprestada à educação pública, combinada à capacidade do governo de tributar expressivamente a propriedade da terra, conferiram um cunho nitidamente progressista à política fiscal estadual, em confronto com outros estados (Levine, 1977).

Sua ação econômica manifestou-se em diversas áreas e seguiu uma trajetória de *crescente comprometimento com a solução de problemas da economia gaúcha*. Isso foi feito através de gastos públicos com a promoção do desenvolvimento econômico, os quais cresceram durante todo o período da Primeira República, exceto entre 1912 e 1918, quando a queda das transações externas provocou redução da arrecadação e contenção geral de gastos. Em termos reais, o orçamento total do Estado do Rio Grande do Sul cresceu 580%, entre 1893 e 1929, enquanto os gastos com promoção do desenvolvimento cresceram mais de 15,500%. O peso destes últimos gastos no orçamento total cresceu de 2,5% para 56,4% entre os mesmos anos, graças ao comprometimento do Estado com a infraestrutura de transporte (portos e ferrovias).³⁶

A política de gastos dos governos republicanos gaúchos seguiu o propósito explícito de reorientar o modelo de acumulação dominante, baseado nas exportações pecuárias, para um modelo mais diversificado, baseado na integração e expansão do mercado interno e na agropecuária colonial. O projeto econômico do Estado associou-se à perspectiva dos novos agentes sociais, desvinculados do latifúndio, que promoviam a diversificação da base produtiva estadual e conferiam dinamismo à economia regional. Os gastos públicos foram decisivos para a promoção das transformações e da expansão da economia gaúcha, contribuindo para que se instaurasse um círculo virtuoso, na medida que o crescimento propiciava a ampliação das receitas públicas.³⁷

Ao buscar a diversificação produtiva e a integração espacial do mercado regional, os governos republicanos atenderam às demandas de setores produtivos que ainda não se haviam constituído como dominantes na região (Pereira, 1996) e conduziram a uma verdadeira *reforma econômica* no Rio Grande do Sul. Por outro lado, ao dar continuidade ao processo de colonização iniciado no período imperial,

(36) Os dados citados foram extraídos do trabalho de Pereira, que analisou as despesas orçamentárias do Rio Grande do Sul e de São Paulo (exclusive o programa de valorização do café). Para efeito de comparação, considere-se que, no mesmo período (1893-1929), o orçamento de São Paulo cresceu 226% em termos reais, enquanto os gastos com desenvolvimento apenas 146%. A evolução dos gastos públicos do Governo gaúcho revela um padrão específico de intervenção, pois o seu orçamento total representava em 1893 apenas 19% do de São Paulo, chegando a 40% do mesmo em 1929 (Pereira, 1996, tab. 2 e 3).

(37) Essa avaliação do caráter singular da ação econômica do Estado regional no Rio Grande do Sul opõe-se à apreciação de Fonseca (1985), que destacou as limitações da política econômica dos governos republicanos positivistas, devido à restrição ao crédito e ao preceito de manutenção do equilíbrio orçamentário. A singularidade é obscurecida sob o argumento de que também a política econômica da administração estadual paulista, francamente liberal no discurso, teria sido intervencionista nas ações ligadas à valorização do café. Fonseca considera que, no caso do Rio Grande do Sul, o “dogma do orçamento equilibrado” teria anulado a pretensão de ampliar com mais vigor a agenda do Estado, o que parece-nos descabido, à luz dos fatos relatados. Para Fonseca, o rompimento desses governos republicanos do Rio Grande do Sul com o *laissez-faire* teria sido muito mais retórico do que real, pois, segundo Kalecki, o liberalismo tem sua expressão no dogma das “finanças sadias”, cujo rompimento seria um dos pontos mais significativos da política econômica moderna (Fonseca, 1985, p. 278).

os governos republicanos promoveram a ampliação da classe dos pequenos proprietários rurais, fomentando assim uma *reforma também social* no Rio Grande do Sul.

4 Formação do mercado de trabalho e desenvolvimento industrial

A questão nuclear do processo de transição capitalista foi a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, que exigiu a conformação de um mercado de trabalho livre e a elaboração de novas formas de dominação do capital sobre o trabalho. Esse processo assumiu formas sócio-históricas específicas no Rio Grande do Sul, na medida que não resultou da imigração em massa e concentrada no tempo como em São Paulo.³⁸ Em contraste com a experiência dessa região, no Rio Grande do Sul a formação do mercado de trabalho não decorreu imediatamente das necessidades capitalistas de mão-de-obra, mas sim do desenvolvimento das sociedades da pecuária e das colônias, que gerou excedentes demográficos potencialmente assalariáveis nos meios urbano-industriais em formação (Almeida, 1992).

Os imigrantes chegaram ao Rio Grande do Sul desde 1824 e estabeleceram-se, em sua grande maioria, como colonos, com acesso à propriedade rural, portanto não como trabalhadores livres, disponíveis para o capital. Dessa forma, no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as colônias já estabelecidas e as novas que se organizavam representavam a possibilidade de acesso à propriedade da terra, constituindo uma dificuldade para a transformação da capacidade de trabalho em mercadoria – força de trabalho. Conseqüentemente, a gestação da força de trabalho livre derivou principalmente da evolução demográfica da população já estabelecida ao final do Império ou da imigração espontânea, num processo mais lento se comparado à formação do mercado de trabalho livre na região cafeeira.³⁹ A estrutura da propriedade fundiária na região gaúcha não obstaculizou a constituição do

(38) Na região paulista, o capitalismo estabelecia-se desde o latifúndio agroexportador, configurando prontamente uma nova estrutura social e demográfica adequada às suas necessidades. O mercado de trabalho livre, desde sua origem, correspondeu à necessidade capitalista de mão-de-obra, promovendo-se a imigração de homens livres e despossuídos. Da acumulação de capital associada ao complexo cafeeiro decorreu não apenas a demanda como também a oferta de trabalhadores livres.

(39) As diferenças de ritmo nesses dois processos regionais de formação do mercado de trabalho pode ser atestada pela evolução demográfica nos estados e respectivas capitais, no longo período entre 1872 e 1920. Para o Rio Grande do Sul e Porto Alegre, as taxas geográficas médias anuais de expansão demográfica alcançam, respectivamente, 3,4% e 3,0%. Para o estado de São Paulo e a cidade de São Paulo, alcançam 3,6% e 6,3%, respectivamente (dados brutos do IBGE). Além disso, também é útil verificar a proporção de estrangeiros entre os ocupados nas cidades de Porto Alegre e São Paulo. Tal proporção alcançava, em 1920, 25,3% na capital gaúcha e 54,3% na capital paulista, o que indica a superior importância da imigração recente para a configuração do mercado de trabalho nesta última cidade (dados em Bodea, s.d.).

mercado de trabalho, porém determinou uma escassez relativa de força de trabalho, que condicionou o padrão regional de acumulação industrial (Herrlein Jr. & Dias, 1993).

A indústria sul-rio-grandense surgiu no último quartel do século XIX, quando a implantação de algumas fábricas metalúrgicas e têxteis combinou-se à evolução fabril de muitas manufaturas e agroindústrias.⁴⁰ De um modo geral, o fator decisivo para a constituição das firmas industriais foi o aporte de capital comercial (Lagemann, 1980), acumulado sobretudo nos fluxos mercantis que integravam a zona colonial, com seus produtos agrícolas e derivados, a Porto Alegre e, através desta, ao porto de Rio Grande e aos mercados externos das demais regiões brasileiras e exterior. Embora apenas em alguns casos o artesanato comercial tenha dado origem à indústria com base em acumulação própria, essa atividade artesanal, exercida em ampla escala nas colônias de imigrantes europeus e descendentes, forneceu mão-de-obra especializada que favoreceu a formação de indústrias. Em alguns setores, como o de carnes frigorificadas e têxteis, houve aporte de capitais externos, fosse em escala individual fosse como resultado de decisões de inversão de grandes companhias estrangeiras. Ao lado dos novos estabelecimentos propriamente industriais que se constituíram desde o final do século XIX, figuravam as charqueadas, que permaneceriam responsáveis por uma parcela importante da produção industrial regional.

A indústria gaúcha surgiu menos influenciada pelas relações com o comércio exterior e mais vinculada às circunstâncias internas da economia regional, as quais se expressavam nas condições de mercado, no provimento de matérias-primas e na lenta formação do mercado de trabalho. Tomando-se o conjunto da indústria regional ao final dos anos 1910, os estabelecimentos voltados para a “exportação” eram minoria, situando-se nos ramos têxtil e nos de processamento de carnes, banha e fumo. “Em regra a indústria nasceu voltada para o atendimento dos mercados locais, suplementando as importações [...] [e suas atividades] buscavam cobrir as amplas necessidades de seus consumidores através de uma produção diversificada” (Lagemann, 1980, p. 116). As indústrias que se originaram a partir do atendimento aos mercados locais e regional eram características do parque fabril de Porto Alegre, o qual assumiu a preponderância regional provavelmente ainda antes de 1920.⁴¹

(40) Antes da integração do mercado nacional para a produção industrial, que transcorreria somente a partir dos anos 1950 (Targa, Ribeiro & Herrlein Jr., 1998), a indústria brasileira era um somatório de indústrias regionais. O crescimento da produção industrial nacional resultava de um processo de expansões industriais paralelas (Castro, 1971), no qual se estabeleceram diferenças entre as indústrias regionais não apenas de escala, mas também de conteúdo e natureza das atividades industriais.

(41) “No fim do século passado, Rio Grande ainda era o maior centro industrial do estado, mas o ritmo de industrialização de Porto Alegre, a julgar pelo número de empresas fundadas entre 1890 e 1900, já era mais intenso. Supomos provável que Porto Alegre tenha assumido a liderança industrial do estado, o mais tardar de 1920 em diante” (Singer, 1977, p. 174).

O Rio Grande do Sul possuía a mais alta porcentagem de firmas industriais pertencentes a nacionais, dentre todos os estados brasileiros, em 1920 (Love, 1975, p. 136). Essa indústria regional apresentava uma relação mais estreita com a base produtiva primária em todo o estado e originou-se em boa medida a partir da substituição de produção artesanal, encontrando a força de trabalho e o mercado de que necessitava para sua expansão a partir do desenvolvimento da própria economia regional. Em vista disso, a indústria articulava-se como um elemento que conferia unidade à economia gaúcha. A diversidade e a pluralidade de atividades produtivas primárias determinaram também a amplitude da produção industrial de bens de consumo, que atendia às necessidades da população local.⁴²

O desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul também se caracterizou por um maior fracionamento da propriedade industrial em relação a São Paulo e pela presença mais significativa de estabelecimentos industriais de escala artesanal, constituídos como negócios individuais ou sociedades em nome coletivo (Tabela 4). Apesar de serem ampla maioria, esses pequenos estabelecimentos conviviam com outros, médios e grandes, que concentravam a maior parte dos operários e da produção. Nesse sentido, a indústria gaúcha também era concentrada, mas seus estabelecimentos eram em média de tamanho inferior aos das demais regiões.⁴³

Tabela 4
Número total e distribuição dos estabelecimentos industriais e seus operários,
segundo o caráter e porte dos estabelecimentos
Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil – 1920

Caráter e porte dos estabelecimentos (conforme o número de operários)	Estabelecimentos			Operários		
	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Número Total (100%)	1.773	4.145	7.418	24.661	83.998	166.853
Não-Capitalistas	81,4%	79,1%	72,5%	19,1%	13,1%	12,2%
Capitalistas	18,6%	20,9%	27,5%	80,9%	86,9%	87,8%
Pequeno Porte – 10 a 49	14,5%	14,9%	20,7%	19,9%	14,2%	18,4%
Médio Porte – 50 a 99	1,7%	2,5%	2,8%	9,1%	8,2%	8,6%
Grande Porte – 100 e +	2,4%	3,5%	3,9%	51,9%	64,4%	60,8%

Fonte: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927).

(42) Paul Singer (1977) rejeitou abertamente a interpretação de Limeira Tejo (1939) sobre a origem da indústria (através da evolução do artesanato), referida em nota anterior. Mas também Singer equivocou-se ao interpretar o surgimento da indústria gaúcha como uma “substituição de importações”, as quais já teriam penetrado no mercado regional, destruindo o artesanato e estabelecendo uma base de mercado minimamente unificada a ser ocupada pela produção local, substituidora de importações. É o próprio Paul Singer (1984) quem oferece uma pista para uma interpretação alternativa, quando reconhece que nos estados da região Sul, onde se desenvolveu a agricultura comercial de alimentos baseada na pequena propriedade, formaram-se mercados regionais com suficiente grau de integração para que emergisse uma indústria substituidora de produção artesanal previamente existente.

(43) Considerando-se todos os estabelecimentos industriais, os tamanhos médios, quanto ao número de operários, eram de 13,9 no Rio Grande do Sul; 20,3 em São Paulo; e 22,5 no resto do Brasil. Tomando-se apenas os estabelecimentos capitalistas (10 ou mais operários), os tamanhos médios eram de 60,5 no Rio Grande do Sul; 84,1 em São Paulo; e 71,8 no resto do Brasil.

A indústria gaúcha constituiu-se e expandiu-se no início do século com base num mercado de trabalho restrito, operando provavelmente em condições próximas ao pleno emprego da força de trabalho de que podia dispor.⁴⁴ Havia larga margem para a formação de pequenas e médias unidades fabris, nas quais a habilidade e autonomia do trabalhador ainda se faziam presentes. A oferta restrita de força de trabalho para a indústria, que se expandia aceleradamente no período, deve ter contribuído para os níveis regionais de salários médios diários mais elevados no Rio Grande do Sul, em comparação com quase todas as regiões brasileiras em que a indústria tinha alguma expressão (Tabela 5).

Tabela 5
Índices Regionais do Valor do Salário Médio Diário de todos os Operários
(maiores e menores, de ambos os sexos), segundo os Gêneros Industriais – 1920
(base: 100 = salário médio diário no Rio Grande do Sul, em cada gênero)

Gêneros	São Paulo	BR exclusive RS e SP	Dist. Fed e Rio de Janeiro	Minas Gerais	Pernam- buco	Bahia
Alimentação	103,4	80,7	100,5	80,2	64,7	56,1
Têxtil	91,2	75,7	104,8	51,0	56,5	62,5
Madeira	111,3	115,0	132,0	95,0	100,6	70,0
Vest. touc. calçad.	82,5	93,9	103,1	80,9	61,7	49,0
Cerâmica	96,6	84,8	96,2	74,7	71,8	69,2
Edificação	95,3	83,6	111,3	80,9	63,6	34,9
Mobiliário	100,0	127,4	144,9	99,1	116,1	98,8
Metal.-mecânica	93,6	90,2	94,1	63,8	103,6	70,9
Química e prod. afins	112,0	99,3	106,1	114,6	84,1	79,1
Mat. Transporte	95,7	101,8	106,7	87,2	78,1	–
Couros e peles	89,8	78,7	95,4	66,1	72,0	27,7
Total	94,0	88,2	105,4	62,7	64,5	58,6

Fonte: Recenseamento do Brasil; v. 5, parte 2; Salários (1928, p. 98-433).

É provável que a disputa pela força de trabalho tenha sido um fator importante a induzir os industriais gaúchos a adotarem certas práticas assistencialistas, visando estabelecer vínculos de dependência dos trabalhadores e

(44) Uma estimativa direta da expansão da ocupação na indústria e em outros setores entre 1900 e 1920 foi obtida através da análise combinada dos dados demográficos da ocupação e dos dados da indústria no Rio Grande do Sul nos dois anos referidos (Herrlein Jr., 2000, p. 155). Essa análise da ocupação segundo setores econômicos indica que, nesses vinte anos, a ocupação nos serviços (exclusive serviços domésticos) elevou-se em 149%, na indústria extrativa 531% e na indústria manufatureira 634% (exclusive agroindústrias estabelecidas no meio rural). Essas taxas devem ser comparadas ao crescimento de 103% da população em idade ativa no mesmo período, comparação que permite concluir que os três setores citados ampliaram seu peso na ocupação e devem ter pressionado o mercado de trabalho urbano.

suas famílias com as empresas.⁴⁵ A maior distribuição da propriedade industrial, o envolvimento dos proprietários com a atividade fabril e as práticas assistencialistas do patronato ensejaram relações de trabalho com menor grau de conflito. Os maiores salários diários não prejudicaram, contudo, o desempenho da indústria regional, pois, ou não se materializavam enquanto maiores custos para a produção, em nível de cada gênero industrial (Tabela 6), ou eram compensados pela maior produtividade econômica relativa do trabalho industrial (Tabela 7) (Herrlein Jr. & Dias, 1993).

Tabela 6
Índices regionais do custo salarial anual por empregado, segundo os Gêneros Industriais
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil – 1919

(base: ind. alimentação RS = 100)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Relativos	
				RS/SP %	RS/rBR %
Alimentação, Bebidas e Fumo	100	101	75	99,0	134,0
Têxtil	89	73	64	120,7	139,4
Madeira	94	109	111	86,4	85,0
Vestuário, Calçados, Artef. Tecidos	90	94	96	95,9	94,2
Minerais Não-Metálicos ^(a)	91	85	73	107,6	124,4
Mobiliário	93	104	115	89,3	80,2
Metalúrgica-Mecânica	128	107	97	119,5	133,0
Química e Produtos Afins	76	92	81	81,9	93,2
Material de Transporte	96	118	85	81,5	113,0
Couros e Peles	118	106	84	111,2	140,0
Toda Indústria	97	88	77	110,1	126,4

^(a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”. Obs.: o custo salarial anual por empregado consiste no valor médio apurado pela divisão da soma dos valores dispendidos ao longo do ano de 1919 com salários e ordenados pelo número total de empregados registrados em setembro de 1920. Os índices expressam as medidas relativas do custo salarial anual por empregado em cada gênero industrial e região, tomando como base (100) o mesmo custo registrado para o gênero de alimentação, bebidas e fumo no RS. Os Relativos expressam a relação percentual entre o custo salarial anual em cada gênero da indústria do RS e o mesmo custo no mesmo gênero em São Paulo ou no Resto do Brasil.

Fonte: dados brutos em Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

(45) Dentre as práticas assistencialistas aos trabalhadores adotadas pelo patronato industrial do Rio Grande do Sul, destacaram-se a constituição de fundos de pensão, a assistência médica fornecida pelas empresas, a manutenção de escolas para os trabalhadores e para seus filhos e, em alguns casos, também o provimento de moradias às suas famílias. Tais práticas estiveram associadas a um forte discurso ideológico que afirmava a compatibilidade dos interesses de classe e procurava desestimular a auto-organização dos trabalhadores. Havia uma preocupação sistemática em disfarçar a dominação do capital sobre o trabalho, o que era facilitado pelo envolvimento dos proprietários junto ao trabalho fabril (Pesavento, 1988).

Tabela 7
Índices regionais de produtividade econômica dos empregados, segundo os Gêneros Industriais
Rio Grande do Sul, São Paulo e Resto do Brasil – 1919
(base: ind. alimentação RS = 100)

Gêneros Industriais	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Relativos	
				RS/SP %	RS/rBR %
Alimentação, Bebidas e Fumo	100	128	98	78,3	102,2
Têxtil	66	54	38	120,7	174,8
Madeira	69	64	74	107,3	92,6
Vestuário, Calçados, Artif. Tecidos	52	53	44	96,9	117,1
Minerais Não-Metálicos ^(a)	52	47	31	108,7	168,5
Mobiliário	37	42	40	88,0	94,3
Metalúrgica-Mecânica	56	60	39	93,4	145,2
Química e Produtos Afins	90	92	97	97,9	92,2
Material de Transporte	46	108	46	42,3	99,6
Couros e Peles	79	87	53	91,2	149,0
Toda Indústria	77	68	55	113,7	139,8

^(a) agregação dos gêneros “Cerâmica” e “Edificação”. Obs.: os índices expressam as medidas relativas da produtividade (valor da transformação industrial anual por empregado) em cada gênero industrial e região, tomando como base (100) o mesmo valor registrado para o gênero de alimentação, bebidas e fumo no RS. Os Relativos expressam a relação percentual entre a produtividade em cada gênero da indústria do RS e a produtividade do mesmo gênero em São Paulo ou no Resto do Brasil.

Fonte: dados brutos em Recenseamento do Brazil 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.

Por outro lado, a indústria gaúcha dependia da provisão de força motriz gerada internamente aos estabelecimentos fabris, o que ampliava tanto a aplicação de capital fixo como os custos correntes de produção. A vinculação mais estreita dessa indústria à base produtiva primária também implicava uma produção com menor agregação de valor. Esses fatores combinavam-se na determinação de uma lucratividade da produção industrial gaúcha inferior à da indústria paulista, embora superior à das demais regiões brasileiras (ver Herrlein Jr., 2000, cap. 3).

Considerações finais

No Rio Grande do Sul, o desenvolvimento econômico, na fase de aceleração da transição capitalista (1889-1930), assumiu certas características específicas que configuram uma verdadeira anomalia no quadro nacional:

(a) uma dinâmica macroeconômica crescentemente determinada por impulsos endógenos, resultantes do desdobramento e da diversificação da estrutura produtiva regional já estabelecida;

(b) o papel proeminente da economia e da sociedade das colônias como matriz da transição capitalista;

- (c) as referências ideológicas e o padrão de intervenção do Estado regional;
- (d) o processo relativamente lento de formação do mercado de trabalho urbano-industrial, restringido pela possibilidade de acesso à propriedade da terra, que determinou uma escassez de força de trabalho; e
- (e) um desenvolvimento industrial diversificado, estreitamente vinculado à produção primária local (também diversificada), com peso mais significativo da pequena propriedade e menor grau de concentração técnica da produção.

Esse modelo regional de desenvolvimento capitalista ficou restrito ao Rio Grande do Sul, não encontrando semelhança ou analogia com as características do mesmo processo nas demais regiões brasileiras. As reduzidas dimensões relativas da economia gaúcha, a restrita massa econômica e pouca sofisticação de sua produção industrial, em comparação com a economia paulista, impossibilitaram que no Rio Grande do Sul se estabelecesse um processo de crescimento econômico amplamente apoiado na demanda interna, quando o mercado mundial entrou em crise a partir do colapso de 1929. Como se sabe, foi a partir da economia capitalista agroexportadora cafeeira que se estabeleceram as condições do respectivo sistema econômico regional para produzir seus próprios impulsos dinâmicos, deslocando para a demanda interna o dinamismo do conjunto da economia nacional e desencadeando um processo de industrialização regionalmente concentrado (Castro, 1971a). O desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul não foi capaz de produzir essas condições, nem tampouco de se impor como modelo predominante desse processo em escala nacional. Esse outro capitalismo está inscrito na História como realidade para essa região e como possibilidade descartada na formação nacional. Como realidade histórica, pertence ao passado, mas ainda repercute na diferença regional da sociedade gaúcha, que permaneceu menos desigual, e nas manifestações culturais que marcam a identidade e a vida social e política dos gaúchos em todo o Brasil.

Bibliografia citada

ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ALBUQUERQUE, Edu S. de. *O conceito de região aplicado a estados federais: o caso do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FFLCH-USP, 1998. (Dissertação, Mestrado em Geografia Humana).

ALMEIDA, Pedro F. C. de. Exportações e indústria no Rio Grande do Sul: 1930-74. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 349-382, 1991.

_____. A gestão das condições materiais da implantação da indústria gaúcha: 1870-1930. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 546-577, 1992.

AXT, Gunter. Política portuária e de navegação e a formação do Estado no Rio Grande do Sul. In: TARGA, L. R. P. (Org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre: UFRGS. fee/Lajeado: UNIVATES, 1998.

- BAK, Joan L. Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil – the case of Rio Grande do Sul, 1890-1937. Yale University, 1977.
- BESKOW, Paulo R. *O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. São Paulo/Brasília: Hucitec/CNPq, 1986.
- BREITBACH, A. C. de M. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre: FEE, 1988.
- BODEA, Miguel. *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM [s.d.].
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- _____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo/Campinas: Global/Unicamp, 1985.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARDOSO DE MELLO, João M. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARVALHO, Maria Lúcia L. de. A política fiscal dos Estados e as funções de acumulação e de legitimação. In: TARGA, Luiz R. P. (Org.). *Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996.
- _____; PEREIRA, Paulo R. D.; ALMEIDA, Pedro F. C. O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, L. R. P. (Org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre: UFRGS. FEE/Lajeado: UNIVATES, 1998.
- CASTRO, Antônio B. de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In _____. *Sete ensaios de economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- _____. A industrialização descentralizada no Brasil. In _____. *Sete ensaios de economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971a.
- DALMAZO, Renato. *Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 1986. (Documentos GERPRO, n. 68).
- FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul: 1503-1960*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1960.
- FONSECA, Pedro C. D. *Rio Grande do Sul: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- _____. A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 263-289, maio/ago. 1985.
- FRANCO, Sérgio da C. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1982.
- HERRLEIN JR., Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?* Campinas: Unicamp. IE, 2000. (Tese, Doutorado em Economia).

HERRLEIN JR., Ronaldo; DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 255-298, 1993.

LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. *Rio Grande do Sul: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. *O Banco Pelotense & o sistema financeiro regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. A história do Sistema Financeiro no Rio Grande do Sul e no Uruguai dos primórdios até 1931: uma comparação. In: SEGUNDAS JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA, Montevideo, jul. 1999. *Anales...*

LEVINE, Robert. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Bóris. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Difel, 1977. v. 2, t. 3.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

PESAVENTO, Sandra. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho, Rio Grande do Sul 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEREIRA, Paulo R. D. As políticas de gasto público dos Estados e a promoção do desenvolvimento. In: TARGA, Luiz R. P. (Org.). *Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996.

PINTO, Celi R. J. *Positivismo: um projeto político alternativo (Rio Grande do Sul: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: população. Rio de Janeiro, 1930.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria. Rio de Janeiro, 1927.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários. Rio de Janeiro, 1928.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SANTOS, Corcino M. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional/Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

SINGER, Paul. Porto Alegre. In: _____. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1977.

_____. Interpretação do Brasil: uma experiência história de desenvolvimento. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *O Brasil republicano, III: economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1984.

SOUZA, P. R. *Un modelo primário exportador regional: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. Santiago: Fac. Eco. Pol./Universidad de Chile, 1973. (Trabajo de seminario para optar al grado de Magister en Ciencias Económicas).

TARGA, Luiz R. P. (Org.). *Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996.

_____. As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil. In: _____. (Org.). *Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996a.

_____. Permanências na longa duração. In: _____. (Org.). *Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996b.

_____. Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. In: _____. (Org.). *Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996c.

_____. (Org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre: UFRGS. FEE/Lajeado: UNIVATES, 1998.

_____. *Le Rio Grande do Sul et la création de L'État "développementiste" brésilien*. Grenoble: Université Pierre Mendès. Ecole Doctorale d'Économie, 2002. (Thèse, Doctorat en Sciences Économiques).

_____; RIBEIRO, P. S. S.; HERRLEIN JR., R. O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In: TARGA, L. R. P. (Org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre: UFRGS. FEE/Lajeado: univates, 1998.

TEJO, Limeira. *A indústria rio-grandense em função da economia nacional*. Porto Alegre: Globo, 1939.

_____. Contribuição à crítica da economia rio-grandense. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 3, n. 1. p. 79-108, 1982.